

Relatório de Gestão 2024



Delta Gest
Capital

ÍNDICE

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	5
CONTEXTO INTERNACIONAL	5
TENSÕES GEOPOLÍTICAS E CONFLITOS	5
MERCADO CAMBIAL INTERNACIONAL	6
ECONOMIA AMERICANA	6
ECONOMIA CHINESA	6
ECONOMIA AFRICANA	6
CONTEXTO NACIONAL	7
GESTÃO DE ACTIVOS	8
ACTIVIDADE EM 2024	9
ORGANISMOS DE INVESTIMENTO COLECTIVO SOB GESTÃO	11
MECANISMOS DE GOVERNO	12
VISÃO, MISSÃO E VALORES	12
MODELO DE LIDERANÇA	12
ÓRGÃO SOCIAIS	13
OPERAÇÕES COM MEMBROS DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO	14
SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA, AMBIENTAL E SOCIAL	15
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS	16
RELATÓRIO & CONTAS	17
PARECER SOBRE AS CONTAS REPORTADAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E RELATÓRIO DE REVISÃO DO AUDITOR EXTERNO	18
PARECER DO CONSELHO FISCAL	20

Mensagem do Presidente



Prezados Accionistas, Parceiros e Colaboradores,

O ano de 2024 assinala um ponto de viragem na trajetória da DeltaGest Capital SGOIC, consolidando a nossa missão de impulsionar investimentos estratégicos e sustentáveis em sectores-chave para o desenvolvimento de Angola.

A constituição dos primeiros dois activos sob gestão do Fundo Greenfield-FCR, “Ovihemba, Laboratório Farmacêutico S.A.” (em Janeiro de 2024) e “Campo Verde, Sustentabilidade do Agronegócio Lda.” (em Julho de 2024), evidencia a materialização da nossa visão e reafirma o compromisso em criar valor sustentável, promovendo a industrialização, a inovação e a resiliência económica.

A “Ovihemba, SA” simboliza um passo decisivo para o sector farmacêutico nacional, garantindo maior autonomia na produção de medicamentos essenciais. Em Setembro de 2024, concretizámos um dos marcos mais significativos do projecto com o início da construção da fábrica, um empreendimento que promete reforçar a capacidade industrial do país e reduzir a dependência de importações. O reforço da estrutura accionista, com a entrada do Fundo Soberano de Angola (FSDEA) em Novembro de 2024, reflecte a solidez do nosso modelo de negócio e o reconhecimento institucional do potencial transformador deste investimento.

O “Campo Verde, Lda” por sua vez, nasce da necessidade de fortalecer a segurança alimentar e dinamizar o agronegócio, promovendo a inclusão produtiva de pequenos agricultores. A sua constituição em Julho de 2024 marca o início de uma jornada estruturada para a modernização e expansão das cadeias de valor agrícolas. O projecto avança para a sua fase operacional em 2025, com a primeira campanha de cadastro de agricultores, prevista para decorrer entre Maio e Setembro, assegurando a adesão de produtores locais e fomentando práticas agrícolas sustentáveis.

Além dos avanços nos nossos activos, reforçámos a equipa de gestão, elevando a nossa capacidade técnica e estratégica. A nomeação do Administrador Sérgio Sousa, profissional de reconhecida competência no sector financeiro bancário, representa um passo fundamental para aprimorar a governança e otimizar as operações. Adicionalmente, a contratação de novos talentos para as áreas financeira e de compliance fortalece a nossa estrutura, garantindo a eficiência e o cumprimento rigoroso das melhores práticas regulatórias.

Olhando para o futuro, 2025 será um ano de consolidação e diversificação. Para além da materialização dos investimentos já em curso, lançaremos o terceiro activo a “Laços Vivos e Bem-Estar S.A.”, um projecto inovador que visa preencher a lacuna existente nos cuidados à pessoa sénior em Angola, oferecendo soluções de assistência diferenciadas e humanizadas. Esta iniciativa sublinha o nosso compromisso com investimentos que aliam sustentabilidade, impacto social e geração de valor a longo prazo.

Reiteramos o nosso agradecimento a todos os investidores, parceiros e colaboradores que confiam na nossa visão e contribuem para o crescimento sustentável da DeltaGest Capital, SGOIC. Seguimos firmes na missão de impulsionar oportunidades que promovam um desenvolvimento económico sólido, inovador e responsável.

Grato pela confiança e parceria,

João Saraiva dos Santos, Presidente do Conselho de Administração

Enquadramento Macroeconómico

O contexto macroeconómico global em 2024 foi profundamente influenciado por uma combinação de factores estruturais e conjunturais que afectaram o crescimento, os mercados financeiros e a estabilidade geopolítica. Este capítulo oferece uma análise detalhada das principais economias globais, dos desafios enfrentados e das projecções para 2025, apoiando-se em fontes confiáveis para a apresentação de dados e gráficos.

Contexto Internacional

O crescimento económico global desacelerou para 2,8% em 2024, reflectindo os impactos da inflação persistente, das políticas monetárias restritivas e das incertezas políticas. Economias avançadas e emergentes ajustaram-se a um cenário de altas taxas de juro, volatilidade nos mercados e mudanças no comércio global, com destaque para as políticas proteccionistas e a reconfiguração das cadeias de abastecimento.

A zona euro registou um crescimento de 0,8%, impactado pelo aumento dos custos de energia, a inflação elevada e os desafios estruturais enfrentados por países como Alemanha e França. Nos Estados Unidos, o PIB cresceu apenas 1,5%, devido ao impacto das taxas de juro elevadas e à redução do consumo das famílias. Já a China, tradicional motor de crescimento global, apresentou uma taxa de crescimento de 4,8%, abaixo das expectativas, reflectindo a crise no sector imobiliário e as tensões comerciais com os EUA.

As economias emergentes demonstraram um desempenho misto. A Índia cresceu 6,5%, beneficiando-se de investimentos em infraestruturas e uma forte procura interna. Entretanto, economias dependentes da exportação de matérias-primas, como as da América Latina e de África, foram impactadas pela volatilidade dos preços das “commodities” e por factores climáticos adversos.

Fontes recomendadas: FMI (World Economic Outlook), Banco Mundial (Global Economic Prospects), OCDE (Economic Outlook).

Tensões Geopolíticas e Conflitos

O panorama geopolítico em 2024 foi marcado por crises que influenciaram os mercados e a confiança global. O conflito entre Israel e Hamas, iniciado em Outubro de 2023, intensificou-se ao longo do ano 2024, gerando instabilidade no Médio Oriente e elevando os preços do petróleo para uma média de \$90 USD por barril. Além disso, a guerra na Ucrânia manteve-se como um factor desestabilizador para os mercados europeus, exacerbando as dificuldades energéticas e económicas do continente.

A crescente rivalidade entre Estados Unidos e China em torno de semicondutores, tecnologia e comércio contribuiu para um ambiente de incerteza, com impactos directos na globalização e na estrutura das cadeias de abastecimento. Ao mesmo tempo, tensões no Mar do Sul da China e na Península Coreana levantaram preocupações sobre possíveis conflitos regionais que poderiam afectar a estabilidade da Ásia-Pacífico.

Fontes recomendadas: The Economist Intelligence Unit, Reuters, Bloomberg, BBC World Service.

Mercado Cambial Internacional

O mercado cambial em 2024 foi caracterizado por uma forte valorização do dólar americano (USD) devido às políticas monetárias agressivas do Federal Reserve (FED). O euro (EUR) manteve-se volátil, pressionado pelo fraco crescimento da zona euro, enquanto o yuan chinês (CNY) enfrentou desvalorizações intermitentes à medida que o governo chinês tentava estabilizar o mercado interno.

O realinhamento das moedas emergentes foi evidente, com o kwanza angolano (AOA) sofrendo desvalorizações devido à redução das reservas cambiais e às pressões inflacionárias internas. A taxa de câmbio do kwanza face ao dólar atingiu 853,62 AOA/USD no final do ano.

Fontes recomendadas: Banco Mundial, Banco Central Europeu, Banco Nacional de Angola, Bloomberg FX Markets.

Economia Americana

Os Estados Unidos enfrentaram um crescimento mais lento em 2024, com o PIB a aumentar apenas 1,5%. A política monetária restritiva do FED, que elevou as taxas de juro para conter a inflação, resultou numa desaceleração do consumo e do investimento empresarial. O sector imobiliário foi duramente afectado, com uma queda nos preços das habitações e um aumento nas execuções hipotecárias.

O mercado de trabalho manteve-se resiliente, com uma taxa de desemprego de 3,6%, mas houve sinais de arrefecimento à medida que as empresas reduziram contratações e os rendimentos reais dos trabalhadores estagnaram.

Fontes recomendadas: Federal Reserve, Bureau of Economic Analysis, Wall Street Journal.

Economia Chinesa

A economia chinesa cresceu 4,8% em 2024, abaixo das projecções, devido à crise do sector imobiliário, à fraca procura externa e às tensões comerciais com os EUA. O governo chinês implementou pacotes de estímulo para impulsionar a procura doméstica, mas o impacto foi limitado.

O sector de tecnologia continuou a enfrentar desafios devido às sanções impostas pelos EUA, enquanto as dificuldades no sector bancário aumentaram os receios de instabilidade financeira. Apesar disso, o país manteve um crescimento superior ao das economias ocidentais e reforçou parcerias estratégicas com países emergentes para garantir o fornecimento de recursos naturais.

Fontes recomendadas: National Bureau of Statistics of China, South China Morning Post, Bloomberg Asia.

Economia Africana

O crescimento da África Subsariana foi de 3,5%, impulsionado pelo sector agrícola e por investimentos em infraestruturas. No entanto, desafios como o endividamento elevado (59% do PIB em média) e a instabilidade política em algumas regiões dificultaram a recuperação plena da economia.

Países exportadores de petróleo, como Angola e Nigéria, beneficiaram da alta nos preços do crude, enquanto economias dependentes de importações, como o Quénia e a Etiópia, enfrentaram pressões inflacionárias significativas.

Fontes recomendadas: Banco Africano de Desenvolvimento, Fundo Monetário Internacional, Economist Intelligence Unit.

Contexto Nacional

Angola

Em 2024, a economia angolana continuou a enfrentar desafios estruturais, com um crescimento estimado entre 1,0% e 1,5%, ligeiramente acima do registado no ano anterior. A economia foi impulsionada pela estabilização dos preços do petróleo, que se mantiveram acima dos USD 80 por barril, e por medidas de incentivo à produção agrícola e industrial. No entanto, a atividade económica permaneceu condicionada pela elevada inflação, pela depreciação da moeda nacional e pelas dificuldades na captação de investimento estrangeiro.

A taxa de câmbio do kwanza manteve-se volátil ao longo do ano, fechando 2024 em 912 AOA/USD, reflectindo a pressão cambial resultante da escassez de divisas e do aumento das importações. O governo implementou políticas de intervenção no mercado cambial para mitigar a volatilidade, mas os desafios na gestão das reservas internacionais continuaram a impactar a estabilidade monetária.

A inflação apresentou uma trajetória ascendente ao longo do ano, encerrando 2024 em 13,5%, impulsionada pelo aumento dos preços dos bens essenciais, custos logísticos e instabilidade cambial. Apesar disso, o governo manteve um equilíbrio nas contas públicas, garantindo uma trajetória controlada da dívida externa, que se situou em torno de 83% do PIB, um ligeiro recuo em relação ao pico de 85% registado em 2024.

O sector bancário angolano continuou a ajustar-se ao novo contexto económico, com um aumento dos créditos malparados e desafios na concessão de novos financiamentos. Reformas regulatórias foram introduzidas para fortalecer a solidez do sistema financeiro, incluindo medidas para incentivar o crédito produtivo e reduzir os riscos de exposição a sectores vulneráveis.

No mercado de trabalho, a taxa de desemprego manteve-se elevada, situando-se ligeiramente abaixo de 30%, reflectindo as dificuldades na absorção de mão de obra pelo sector produtivo e a dependência de actividades informais. A desaceleração da economia dificultou a criação de novos postos de trabalho, tornando essencial a implementação de políticas de incentivo ao empreendedorismo e ao investimento privado.

Olhando para o futuro, espera-se que Angola continue a avançar na diversificação da economia, com foco no desenvolvimento do sector agrícola, industrial e energético. A previsão para 2025 aponta para uma recuperação gradual, impulsionada por reformas estruturais e pelo crescimento de investimentos estratégicos em sectores não petrolíferos.

Gestão de Activos

O mercado de capitais em Angola, supervisionado pela Comissão do Mercado de Capitais (CMC), continuou a sua trajectória de crescimento e consolidação em 2024, reflectindo o amadurecimento progressivo do sector financeiro nacional. O Valor Líquido Global (VLG) da indústria dos Organismos de Investimento Coletivo (OIC) atingiu um total de Kz 745,3 mil milhões¹, representando um crescimento de 9,2% em relação a 2024. Este aumento foi impulsionado pela captação de novos investimentos, pela entrada de novos players no mercado e pelo reforço da regulamentação e supervisão do sector.

Os Fundos de Investimento Imobiliário (FII) mantiveram a maior quota de mercado em termos de VLG, evidenciando a tradicional preferência por ativos tangíveis. No entanto, o segmento dos Fundos de Capital de Risco (FCR) registou um crescimento expressivo, ultrapassando os Kz 6,2 mil milhões¹, reflectindo um maior interesse por parte dos investidores institucionais e privados em alternativas de financiamento para projectos inovadores e de impacto sustentável.

Um dos acontecimentos mais relevantes no mercado de capitais angolano em 2024 foi a realização de privatizações através da Bolsa de Dívida e Valores de Angola (BODIVA), permitindo o alargamento do acesso de investidores a activos estratégicos e dinamizando a liquidez do mercado secundário. Estas operações fortaleceram a confiança dos investidores e consolidaram o papel da BODIVA como um mecanismo essencial para a reestruturação do sector empresarial do país.

Adicionalmente, o mercado de gestão de activos registou uma maior diversificação, com a entrada de novas Sociedades Gestoras de Organismos de Investimento Coletivo (SGOIC), ampliando a oferta de produtos financeiros e fomentando a competitividade no sector. Este crescimento foi acompanhado por um reforço na regulamentação e pelo aprimoramento dos mecanismos de supervisão da CMC, garantindo maior transparência e segurança para os investidores.

Neste cenário de expansão e inovação, a DeltaGest Capital - SGOIC, S.A. consolidou a sua posição como uma das principais gestoras de fundos de capital de risco em Angola, reafirmando o seu compromisso com investimentos sustentáveis e de elevado impacto económico e social. A evolução do mercado angolano demonstra um ambiente cada vez mais favorável para o desenvolvimento de novas estruturas de financiamento e para a captação de capital, tanto no segmento de capital de risco como no mercado accionista.

	DeltaGest Capital, SGOIC
Quota de Mercado	0,14%
Valor do FCR Sob Gestão	Kz 1.667.793.627
Número de FCR Geridos	1
Número de Participantes no FCR	33

Figura - Indicadores Deltagest Capital, SGOIC

¹ Relatório Anual de Actividades e Contas 2024 da Comissão do Mercado de Capitais (CMC).

Actividade em 2024

Em 2024, a Deltagest Capital SGOIC, S.A. consolidou-se como um actor chave na dinamização do mercado de capital de risco em Angola, tendo conduzido diversas iniciativas estratégicas de investimento e fortalecimento das suas relações institucionais no sector financeiro. As actividades desenvolvidas reflectiram um compromisso com a inovação, a sustentabilidade e a criação de valor a longo prazo para os seus investidores e parceiros.

Gestão do Fundo Greenfield-FCR

O Fundo Greenfield-FCR, sob gestão da Deltagest Capital, SGOIC registou um crescimento significativo ao longo de 2024, com a realização de dois aumentos de capital, totalizando uma capitalização de 1.250.000 kwanzas e expandindo o número de participantes para 33 investidores. Esta evolução reforçou a capacidade do Fundo para financiar projectos estratégicos alinhados com os princípios ESG e consolidar a sua posição como o principal fundo de capital de risco do país.

Lançamento e Constituição de Activos do Fundo Greenfield-FCR

“Ovihemba, Laboratório Farmacêutico S.A.”

A Ovihemba foi formalmente constituída em Janeiro de 2024, tornando-se um marco na indústria farmacêutica angolana. A Deltagest Capital desempenhou um papel central em todas as fases do projeto, prestando consultoria de investimento e garantindo a sua viabilidade. As principais actividades desenvolvidas incluíram:

- Estudo de Mercado: Análise da oferta e procura de medicamentos essenciais em Angola, projecção de necessidades do setor e identificação de oportunidades estratégicas;
- Estudo de Viabilidade Económico-Financeira: Avaliação de custos, projecções de receitas, retorno do investimento e mitigação de riscos financeiros;
- Negociação do Terreno: Identificação da melhor localização para a fábrica, garantindo condições adequadas de infraestrutura e logística;
- Preparação do Caderno de Encargos e Concurso Privado Limitado: Desenvolvimento dos requisitos técnicos e operacionais para a construção da unidade fabril, bem como a organização e gestão do processo de seleção de fornecedores;
- Negociação da Empreitada e Gestão do Projeto de Construção: Contratação da empresa responsável pela construção, supervisão da execução do projeto e monitorização dos prazos e orçamento;
- Negociação de Financiamento Bancário: Captação de recursos junto a instituições financeiras para assegurar a sustentabilidade financeira do projeto;
- Entrada de Novo Parceiro no Capital Social: Estruturação da participação do Fundo Soberano de Angola (FSDEA) como investidor estratégico, reforçando a solidez do empreendimento.

“Campo Verde, Sustentabilidade do Agronegócio Lda.”

Em Julho de 2024, foi constituída a Campo Verde, uma iniciativa voltada para a dinamização do setor agrícola e a promoção da sustentabilidade no agronegócio. No âmbito da sua atividade de consultoria de investimento, a Deltagest Capital conduziu uma extensa análise do sector e estruturou as bases para o desenvolvimento do projecto. As acções incluíram:

- Visitas e Entrevistas com Stakeholders do Sector Agronómico e Comercial: Realização de reuniões com produtores, distribuidores e autoridades governamentais para mapear as oportunidades e desafios do sector.
- Visita a Três Províncias Estratégicas: O projecto foi desenvolvido com um forte componente territorial, incluindo visitas e estudos nos mercados agrícolas do Huambo, Kwanza Sul e Benguela.
- Definição da Estratégia de Implementação: Elaboração de um plano de acção para estruturar a produção agrícola, melhorar as cadeias de abastecimento e fortalecer a competitividade do sector.

Avaliação de Novas Oportunidades de Investimento

Durante o ano de 2024, a Deltagest Capital deu os primeiros passos na avaliação de oportunidades de investimento na área do apoio à condição humana da velhice e doença prolongada. O envelhecimento da população e a necessidade de serviços especializados representam um desafio crescente, pelo que a sociedade iniciou estudos para desenvolver iniciativas inovadoras neste sector.

Fortalecimento de Parcerias com o Sector Financeiro Nacional

Em paralelo com a gestão dos investimentos, a Deltagest Capital reforçou as suas relações com as entidades do sector financeiro angolano, consolidando um ecossistema de parceria e confiança com bancos e outras instituições financeiras. O objectivo desta estratégia foi facilitar o acesso ao financiamento para os seus activos e fortalecer a credibilidade do capital de risco no país.

Perspectivas para 2025

Com um ano de 2024 marcado por conquistas significativas, a Deltagest Capital entra em 2025 com um plano ambicioso de consolidação e expansão dos seus investimentos. As prioridades incluem:

- Implementação das operações da Ovihemba e Campo Verde, garantindo o cumprimento dos objectivos estratégicos e financeiros;
- Aprofundamento dos estudos na área de cuidados à população sénior, com potencial lançamento de novos activos;
- Reforço da captação de investimento e internacionalização do Fundo Greenfield-FCR, ampliando a base de investidores institucionais.

Dessa forma, a Deltagest Capital continua a consolidar-se como uma referência em capital de risco e investimento sustentável em Angola, criando impacto económico e social duradouro.

Organismos de Investimento Colectivo sob gestão

Organismo de Investimento Colectivo	Fundo Greenfield - FCR
Data de Autorização	19 de Julho de 2022
Data de Constituição	18 de Janeiro de 2024
Número de Registo na CMC	01/FCR/CMC/07-2022
Objectivos ESG	Ambiente, Sustentabilidade, Governança
Capitalização e Duração	Actual: 1.250.000.000 Kz, Duração: 10 anos
Oportunidades de Investimento Visadas	Fábrica de Medicamentos, Energia Renovável, Health FinTech
Participantes e Unidades de Participação	Participantes: 33 Subscritores Unidades de Participação: 100

VLG = Kz 1.645.673.983,00

Mecanismos de Governo

Visão, Missão e Valores

Modelo de Liderança

O modelo de liderança reflecte o modelo de gestão implementado na sociedade, havendo lugar a divisão de responsabilidades directas nos membros do Conselho de Administração. No entanto, todos tiveram responsabilidade, nem que fosse indirecta, na Gestão do Produto Financeiro.

Visão

- Ser a Gestora de Fundos de Investimento mais credível e sustentável em Angola

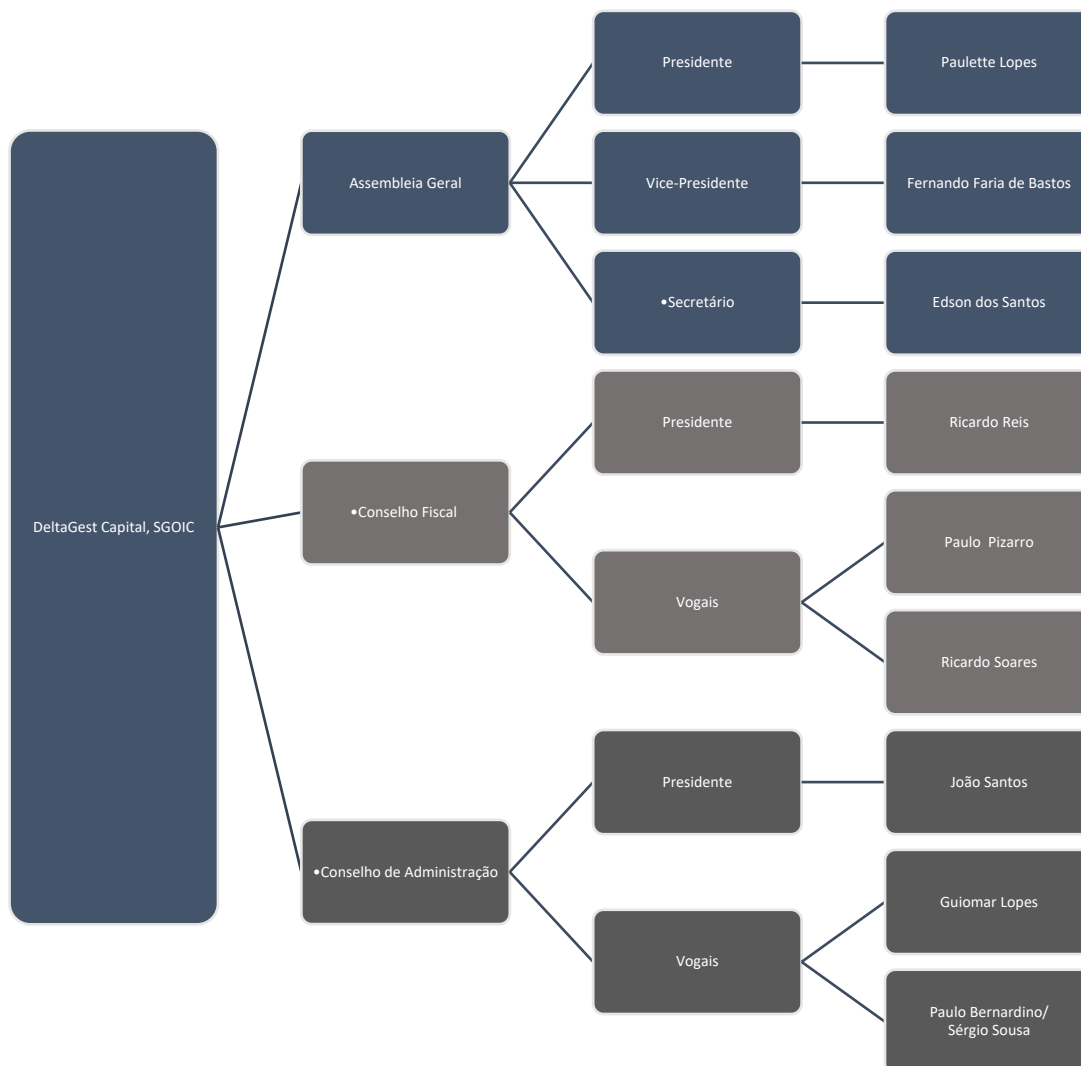
Missão

- Participar na nova fase de desenvolvimento de Angola
- Possibilidade de cofinanciamento internacional
- Respeitar normas de compliance e de boa governância
- Utilizar recursos humanos de qualidade excepcional

Valores

- Integridade
- Excelência
- Ética

Órgão Sociais



Alterações dos Órgãos Sociais e Reforço de Recursos Humanos

Em 2024, na DeltaGest Capital SGOIC manteve-se a estrutura do final de 2023, com uma única alteração, a substituição de um vogal por um novo membro do Conselho de Administração.

No que toca ao reforço dos recursos humanos, a DeltaGest Capital concentrou-se em aumentar a sua capacidade gestão financeira e compliance através da contratação de um Compliance Officer Sénior e de um Financeiro Júnior. Estas contratações foram motivadas pela necessidade de se cumprir os requisitos legais do combate ao Branqueamento de Capitais e de enfrentar os crescentes desafios complexos inerentes ao mercado de capital de risco.

Em 2025, focaremos na melhoria continua dos nossos processos internos e o desenvolvimento de novos modelos de avaliação. Estas modificações terão um impacto positivo nas operações, traduzindo-se num aumento da eficiência e numa maior agilidade na resposta às oportunidades de mercado.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Gestão de produtos

Planeamento

Planeamento
estratégico e
ReportingDesenvolvimento
de negócio

Comercialização

Relacionamento
InvestidoresGestão de
portfólio de
investimento

Gestão Produtos Financeiros

OC1

OC2

OC3

Finanças

Financeiro

Contabilidade

Bancos

Auditoria Externa

Administração

Comunicação e Imagem

Recursos Humanos

Legal

Gestão Documental

Controlo

Auditoria Interna

Ética e Compliance

Processos e Qualidade

Operações com Membros do Órgão de Administração

Em conformidade com a alínea e) do artigo 71.º da Lei das Sociedades Comerciais, informa-se que durante o exercício de 2024 foram realizadas operações entre a Sociedade e membros do seu Órgão de Administração.

Estas operações foram previamente autorizadas nos termos do artigo 418.º da mesma Lei e cumpriram os requisitos de transparência, inexistência de conflitos de interesse e conformidade com as políticas internas da DELTAGEST CAPITAL.

A documentação de suporte encontra-se arquivada e disponível para consulta pelas autoridades competentes.

Sustentabilidade Económica, Ambiental e Social

A Deltagest Capital – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A., compromete-se profundamente com a sustentabilidade e a responsabilidade social em todas as suas iniciativas e análises de novas oportunidades de investimento. Em linha com este compromisso, o Conselho de Administração mantém um foco contínuo nas questões de ESG (Ambiental, Social e Governança), uma postura que nos levou à obtenção da certificação Silver da OPENESG. Este marco não apenas reflecte nosso compromisso com práticas empresariais sustentáveis e éticas, mas também reafirma nossa dedicação em alinhar as nossas actividades de investimento com os objectivos mais amplos da sociedade.

Em reconhecimento aos princípios universais do investimento responsável, a Deltagest Capital adopta os seguintes Princípios para o Investimento Responsável:

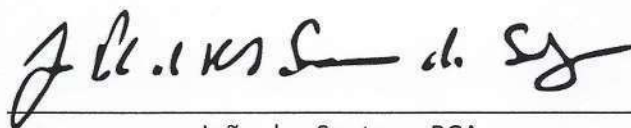
1. Incorporação de Questões ESG: Integramos considerações ESG nas análises e nos processos de decisão de investimentos, garantindo que nossos investimentos reflitam os nossos valores de sustentabilidade e responsabilidade;
2. Propriedade Activa: Agimos como proprietários responsáveis, integrando questões ESG nas nossas políticas e práticas, promovendo uma cultura de governança responsável;
3. Divulgação de Informações ESG: Procuramos divulgar tudo sobre questões ESG nas entidades em que investimos, promovendo transparência e responsabilidade;
4. Promoção dos Princípios: Estimulamos a aceitação e a implementação destes princípios dentro da indústria, contribuindo para uma mudança positiva no mercado.
5. Colaboração para a Efectividade: Trabalhamos em colaboração com outras entidades para aprimorar a eficácia na implementação dos princípios ESG, compartilhando melhores práticas e conhecimento.
6. Relatórios de Progresso: Comprometemo-nos a reportar regularmente as nossas actividades e progresso na implementação dos princípios, mantendo a transparência com os nossos stakeholders.

Por meio dessas práticas, a Deltagest Capital continua a fortalecer sua posição como líder em investimentos responsáveis e sustentáveis, comprometida com o crescimento económico que respeita o ambiente e valoriza as pessoas. Continuaremos a integrar as considerações ESG no nosso processo de investimento, contribuindo para um futuro mais sustentável e inclusivo.

Proposta de Aplicação dos Resultados

O Conselho de Administração propõe a transferência do prejuízo deste exercício para resultados transitados, devido aos desafios financeiros enfrentados pelo terceiro ano consecutivo e considerando o estágio actual da sociedade

Conselho de Administração



João dos Santos – PCA



Sérgio Sousa – CFO



Guiomar Lopes – CLO

RELATÓRIO & CONTAS

31 DE DEZEMBRO DE 2024

BALANÇO

Valores expressos em Kz

			2024		2023
	Notas	Valor bruto	Imparidades e amortizações	Valor líquido	Valor líquido
ACTIVO					
Disponibilidades	4	10.604.965	0	10.604.965	5.409.505
Créditos	5	105.699.121	0	105.699.121	46.525.169
Negociação e intermediação de valores	6	0	0	0	0
Activos Imobiliários	7	2.005.687	-823.783	1.181.904	304.760
Total do Activo		118.309.774	-823.783	117.485.991	52.239.433

PASSIVOS E FUNDOS PRÓPRIOS					
Outras Obrigações de Natureza Fiscal	8	19.908.879	0	19.908.879	3.597.288
Diversos	9	66.642.618	0	66.642.618	37.567.951
Total do Passivo		86.551.497	0	86.551.497	41.165.239

CAPITAL					
Capital	10	30.000.000	0	30.000.000	30.000.000
Aumentos de Capital	11	56.600.000	0	56.600.000	50.000.000
Prestações Suplementares	12	73.018.280	0	73.018.280	21.264.000
Prémios de Emissão	13	28.987.720	0	28.987.720	0
Unidades de Titularização	14	0	0	0	17.342.000
Lucros e Prejuízos Acumulados	15	-107.531.806	0	-107.531.806	-87.374.554
Resultado Líquido do Exercício	16	0	0	-50.139.701	-20.157.252

Total dos Fundos Próprios		81.074.194	0	30.934.494	11.074.194
----------------------------------	--	-------------------	----------	-------------------	-------------------

Total do Passivo e dos Fundos Próprios		167.625.692	0	117.485.991	52.239.433
---	--	--------------------	----------	--------------------	-------------------

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Valores expressos em Kz

Designação	Notas	2024	2023
Juros e outros rendimentos	17	343.987.472	89.479.790
TOTAL DOS PROVEITOS		343.987.472	89.479.790
Resultados cambiais	18	0	219.673
Impostos	19	-2.098.459	-3.504.261
Comissões	20	-1.861.729	-1.439.980
Multas	21	-4.102.232	0
Custos com Pessoal	22	-272.708.379	-59.101.650
Prestação de Serviços	23	-108.743.338	-38.061.291
Amortizações e Depreciações	24	-651.552	-172.230
Outros Cutos e Perdas	25	-3.961.484	-7.577.303
TOTAL DE DESPESAS		-394.127.173	-109.637.042
Resultado líquido do exercício		-50.139.701	-20.157.252

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DE FUNDOS PRÓPRIOS

Valores expressos em Kz

Designação	Total da Situação Líquida	Capital Social	Prestações Acessórias	Lucros/Prejuízos acumulados	Resultado Líquido
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	11.074.194	80.000.000	21.264.000	-87.374.554	-20.157.252
Recebimentos por Aumentos de Capital		6.600.000	0	0	0
Recebimentos por Realização Prestações Acessórias		0	51.754.280	0	0
Unidades de Titularização		0	0	0	0
Incorporação de Lucros ou Prejuízos Acumulados		0	0		
Resultado do Período		0		-20.157.252	-50.139.701
Saldo em 31 de Dezembro de 2024	30.934.494	86.600.000	73.018.280	-107.531.806	-50.139.701

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Período findo em 31/12/2024

Valores expressos em Kz

Rúbricas	Período 2024	Período 2023
Fluxos de Caixa dos Juros e Outros Rendimentos		
Recebimentos de Proveitos Inerentes à Caixa de Comissões	59.687.500	29.725.993
Recebimentos de Proveitos Inerentes a Outros Rendimentos Operacionais	300.960.860	17.100.000
Recebimentos de Proveitos Inerentes a Conta de Terceiros	18.018.370	28.549.037
Fluxos de Caixa de Rendimentos de Activos Imobiliários	0	15.200.000
Recebimentos de Proveitos Inerentes a Outros Rendimentos de Activos Imobiliários	0	15.200.000
Aumentos de Capital - Prestações Acessórias	25.715.936	0
FLUXOS DE CAIXA DOS RECEBIMENTOS	404.382.666	90.575.030
Fluxos de Caixa de Impostos	(118.937.169)	(4.801.402)
Fluxos de Caixa de Impostos Pagos em Angola	(118.937.169)	(4.801.402)
Fluxos de Caixa de Comissões	(1.861.729)	(.607.152)
Pagamentos de Custos de Outras Comissões	1.861.729	(.607.152)
Fluxos de Caixa de Multas	(4.102.231)	0
Pagamentos de Custos de Multas	(4.102.231)	0
Fluxos de Caixa de Custos e Perdas Operacionais	(74.709.237)	(38.132.423)
Fluxos de Caixa de Outros Custos e Perdas	(74.709.237)	(38.132.423)
Fluxos de Caixa da Prestação de Serviços	(74.709.237)	(38.132.423)
Fluxos de Caixa de Custos com Pessoal	(188.515.785)	(51.721.421)
Pagamentos de Custos de Custos com Pessoal	(188.515.785)	(51.721.421)
Fluxos de Caixa de Outros Custos e Perdas	(11.061.056)	(10.210.339)
FLUXOS DE CAIXA DOS PAGAMENTOS	(399.187.206)	(105.472.736)
SALDO DOS FLUXOS MONETÁRIOS DO PERÍODO	5.195.460	(14.897.706)
Saldo em disponibilidades no Início do Período	5.409.505	20.307.211
Saldo em disponibilidades no Fim do Período	10.604.965	5.409.505

NOTAS ÀS CONTAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Valores Expressos em Kz)

0. INTRODUÇÃO

Este relatório inclui as notas às contas de balanço, bem como a demonstração de resultados a 31 de Dezembro de 2024 e bem assim, um resumo das políticas contabilísticas significativas e outras notas explicativas.

A DELTAGEST CAPITAL – Sociedade Gestora de Organismos De Investimento Colectivo, S.A. (“ DELTAGEST” ou “Sociedade Gestora”) contribuinte fiscal número 5000680109, constituiu-se em 19 de Fevereiro de 2022 e encontra-se registada na Comissão de Mercado de Capitais (“CMC”) como intermediário financeiro autorizado desde 08-09-2021. A Sociedade iniciou a sua actividade á 04 de Março de 2022.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Regulamento n.º 9- 16_Plano de Contas, aprovado pela C.M.C (Comissão do mercado de capitais), bem como os princípios gerais e fundamentais da contabilidade.

1. ACTIVIDADE

A Empresa tem como objecto social, a gestão profissional de um ou mais Organismos de Investimento Colectivo, bem como a comercialização de Unidades de Participação e prestação de serviços de Consultoria de Investimentos. Encontra-se registada na Comissão de Mercado de Capitais.

2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.

2.1 Bases de apresentação das demonstrações financeiras.

As Demonstrações Financeiras da DELTAGEST CAPITAL - Sociedade Gestora de Organismos De Investimento Colectivo, S.A., foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com o Plano de Contas dos Organismos de Investimento Colectivo e das Sociedades Gestoras, nos termos do Regulamento da CMC n.º 9/16, de 6 de Julho.

As Demonstrações Financeiras agora apresentadas reflectem os resultados das operações da Sociedade para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2024 e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do princípio da especialização, no qual os itens são reconhecidos como activos, passivos, fundos próprios, proveitos e custos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, plenitude e comparabilidade.

As Demonstrações Financeiras da Sociedade encontram-se expressas em Kwanzas, tendo os activos e passivos denominados em outras divisas sido convertidos para moeda nacional, com base no câmbio indicativo publicado pelo Banco Nacional de Angola em cada data de referência.

2.2 Principais Políticas Contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

a) Especialização dos exercícios

Os proveitos e custos são reconhecidos em função do período de vigência das operações, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios, sendo registados quando se vencem, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. Os proveitos são considerados realizados quando:

- (i) nas transacções com terceiros, o pagamento for efectuado ou se for assumido firme compromisso de efectivá-lo;
- (ii) na extinção, parcial ou total, de um passivo, qualquer que seja o motivo, sem o desaparecimento concomitante de um activo de valor igual ou maior;
- (iii) na geração natural de novos activos, independentemente da intervenção de terceiros; ou
- (iv) no recebimento efectivo de doações e subvenções.

As despesas, por sua vez, são consideradas incorridos quando:

- (i) deixar de existir o correspondente valor activo, por transferência da sua propriedade para um terceiro;
- (ii) pela diminuição ou extinção do valor económico de um activo; ou
- (iii) pelo surgimento de um passivo, sem o correspondente activo.

b) Transacções em moeda estrangeira

As operações em moeda estrangeira são registadas de acordo com os princípios do sistema "multicurrency", sendo cada operação registada em função das respectivas moedas de denominação.

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para AOA à taxa de câmbio indicativa publicada pelo Banco Nacional de Angola ("BNA") na data da transacção.

As taxas de câmbio usadas para a valorimetria de activos e passivos cujo valor esteja dependente das flutuações da moeda estrangeira são as seguintes:

USD	31-12-2024	912,00
EUR	31-12-2024	949,48
USD	31-12-2024	828,80
EUR	31-12-2024	916,00

Os activos e passivos monetários, expressos em moeda estrangeira, são convertidos para AOA à taxa de câmbio indicativa publicada pelo BNA à data de Balanço. Os custos e proveitos relativos a diferenças cambiais, realizadas ou potenciais, são registados na Demonstração de Resultados do exercício que ocorrem.

Os activos e passivos não monetários, expressos em moeda estrangeira, são registados ao custo histórico – excepto as imobilizações, se aplicável – e são convertidos para AOA à taxa de câmbio indicativa pelo BNA na data de transacção.

c) Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

d) Activos imobiliários

a. Reconhecimento e mensuração

São registados ao custo de aquisição, deduzido das respectivas amortização acumuladas. O custo inclui despesas que são directamente atribuíveis à aquisição dos bens.

b. Custos subsequentes

Os custos subsequentes são reconhecidos como um activo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Sociedade. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o regime de acréscimo.

c. Amortizações/Depreciações

A depreciação é calculada pelo método das quotas constantes, de acordo com os períodos de vida útil esperada. No caso dos activos fixos intangíveis a vida útil esperada é de 3 anos, e correspondem essencialmente a activos imobiliários – gastos com software.

e) Impostos sobre Lucros

Os impostos sobre lucros incluem o efeito dos impostos correntes.

Impostos correntes

Os impostos correntes correspondem ao valor que se apura relativamente ao rendimento tributável do período, utilizando a taxa de imposto em vigor ou substancialmente aprovada pelas autoridades à data de balanço e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores.

Os prejuízos fiscais apurados em determinado exercício, conforme disposto no artigo 48.º do Código do Imposto Industrial, podem ser deduzidos aos lucros tributáveis dos cinco anos posteriores.

As declarações fiscais estão sujeitas à revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de cinco anos, podendo estender-se até dez anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, não é previsível que qualquer correcção relativa a exercícios anteriores venha a ocorrer e, caso ocorra, não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras.

f) Provisões e contingências

Provisões

São constituídas provisões no balanço sempre que exista uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado e sempre que seja provável que ocorra uma diminuição, razoavelmente estimável, de recursos incorporando benefícios económicos que seja exigida para liquidar a obrigação. As provisões são revistas e actualizadas na data de balanço, de modo a reflectir a melhor estimativa, nesse momento, da obrigação em causa.

Passivos contingentes

Caso a Sociedade tenha uma responsabilidade em que não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de uma contingência passiva. As contingências passivas são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

São reconhecidas contingências passivas em contas extrapatrimoniais quando: (i) a Sociedade tem uma possível obrigação presente cuja existência será confirmada somente pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros, que não estejam sob o controlo da Sociedade; (ii) uma obrigação presente que surge de eventos passados, mas que não é reconhecida porque não é provável que a Sociedade tenha de a liquidar ou o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente fiabilidade.

As contingências passivas são reavaliadas periodicamente para determinar se a avaliação anterior é válida. Se for provável que uma saída de recursos será exigida para um item anteriormente tratado como uma contingência passiva, é reconhecida uma provisão nas Demonstrações Financeiras do período no qual ocorre a mudança na estimativa de probabilidade.

Activos contingentes

Uma contingência activa é um possível activo presente, decorrente de eventos passados, cuja existência será confirmada somente pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros, que não estejam totalmente sob o controlo da instituição. As contingências activas são apenas objecto de divulgação e reconhecidas em contas extrapatrimoniais, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

g) Fluxos de Caixa

Para efeitos de preparação da Demonstração de Fluxos de Caixa, a Sociedade Gestora considera como disponibilidades o total do saldo da rubrica de Disponibilidades.

h) Prestações de serviços

O rédito proveniente da prestação de serviços apenas é reconhecido quando:

- . São satisfeitas as condições gerais para o seu reconhecimento como proveito;
- . A fase de acabamento da transacção à data do Balanço possa ser fiavelmente medida;
- . Os custos ocorridos ou a ocorrer referentes à transacção possam ser fiavelmente medidos.

O rédito é reconhecido líquido de impostos, descontos e outros gastos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Os rendimentos decorrentes das vendas e prestação de serviços não são reconhecidos se existirem dúvidas quanto à cobrabilidade do produto da venda ou da prestação de serviços.

i) Comissões

Comissão de gestão

De acordo com o Regulamento de Gestão do fundo pelo exercício da sua actividade, a Entidade Gestora cobrará ao Fundo, trimestral e antecipadamente, uma comissão anual de gestão ("Comissão de Gestão") paga no montante correspondente ao maior dos dois seguintes valores:

- (i) 3,50% sobre:
 - a) o Montante total global das Unidades de Participação subscritas na respectiva fase de subscrição, durante o período de investimento; e
 - b) após este período, sobre o Valor Líquido Global do Fundo.

A comissão de gestão é registada nas rubricas "Créditos e Juros e Outros rendimentos" (Notas 5 e 17, respectivamente).

Comissão de depósito

De acordo com o regulamento de gestão do Fundo, pelo exercício da sua actividade, a entidade depositária receberá remuneração correspondente a uma taxa anual de até 0,50% calculada sobre o valor do capital realizado do Fundo, apurada com referência ao último dia útil de cada período.

A comissão de depósito deve ser paga trimestral e postecipadamente.

A comissão de depósito é registada na rubrica "Outras Obrigações – Diversos" e "Comissões" (Notas 9 e 20, respectivamente).

3. ALTERAÇÕES NAS POLITICAS CONTABILISTICAS.

As políticas contabilísticas adoptadas não foram alteradas em relação às que haviam sido seguidas em relação ao exercício precedente.

NOTAS AO BALANÇO

4. DISPONIBILIDADES

A composição da rubrica de Disponibilidades no exercício findo em 31 de Dezembro de 2024 foi como segue:

Rubricas	2024	2023
Disponibilidades em Numerário	17.676.166	0
Numerário	238.327	195.426
Disponibilidades em Instituições Financeiras	17.467.111	0
Banco Angolano de Investimento (BAI)	10.296.587	1.018.052
Banco Caixa Geral de Angola	70.051	4.196.027
Total	10.604.965	409.505

Os depósitos à ordem não são remunerados.

5. CRÉDITOS

A composição da rubrica de Créditos no exercício findo em 31 de Dezembro de 2024 foi como segue:

Rubricas	2024	2023
Créditos sobre Estado e outras Pessoas Colectivas Públicas	17.676.166	0
IVA a recuperar	209.055	0
Retenções Imp Industrial efect Cliente	17.467.111	0
Outros Créditos	87.675.300	46.525.169
Valores Suportados a redebitar ou Ref	890.499	0
Prestação de serviços à Greenfield	8.550.000	1.525.169
Prestação de serviços à Oviemba	-249.263	45.000.000
Prestação de serviços à Campo Verde	34.200.000	0
Outros Créditos - Prestações Suplementares	44.284.064	0
Outros Valores	347.656	46.525.169
Seguros	347.656	0
Total	105.699.121	46.525.169

7. ACTIVOS IMOBILIÁRIOS

7.1 Composição

Rubricas	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Equipamento Informático	1.965.688	802.533	1.163.155
Equipamento Social	39.999	21.250	18.749
Total	2.005.687	823.783	1.181.904

7.2 Movimentos, ocorridos durante o exercício, no valor bruto

Rubricas	Saldo Inicial	Aumento	Alienações	Abates/ Transfer	Saldo Final
Equipamento Informático	476.990	1.488.698	0	0	1.965.688
Equipamento Social	0	39.999	0	0	39.999
Total	476.990	1.528.697	0	0	2.005.687

7.3 Movimentos, ocorridos durante o exercício, nas amortizações acumuladas

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Alienações	Abates/ Transfer	Saldo Final
Equipamento Informático	172.230	643.552	0	0	815.783
Equipamento Social	0	8.000	0	0	8.000
Total	172.230	651.552	0	0	823.783

8. OUTRAS OBRIGAÇÕES DE NATUREZA FISCAL

A composição da rubrica de Outras Obrigações de Natureza Fiscal no exercício findo em 31 de Dezembro de 2024 foi como

Rubricas	2024	2023
Outras Obrigações de Natureza Fiscal	19.908.879	3.597.288
Imposto Industrial - ret. Fonte Servic	-2	97.500
IRT - Conta Própria	37.169	5.898
Seguranca social 11%	7.377.950	792.222
IRT Conta outrem	12.493.761	2.701.668
Multas Fiscais	1	0
Total	19.908.879	3.597.288

9. OUTRAS OBRIGAÇÕES - CREDORES DIVERSOS

A composição da rubrica de Outras Obrigações por Credores Diversos no exercício findo em 31 de Dezembro de 2024 foi como

Rubricas	2024	2023
Diversos	66.642.618	37.567.951
Credores Nacionais (a)	25.576.976	6.453.155
Especialização de Custos (b)	19.393.644	6.023.918
Pessoal Remunerações	17.400.135	14.184.854
Outros credores - valores a pagar	4.271.863	10.906.025
Total	66.642.618	37.567.951

(a) Esta rubrica tem a seguinte composição:

Rubricas	2024	2023
Banco Angolano de Investimento	-6.860	0
CMC - Comissão do Mercado de Capit	0	0
FBL & Associados - sociedade de adv	671.657	-308.750
Ernst & Young Angola Lda.	10.990.299	0
NCR Lda.	0	0
PWC-Serviços de Auditoria	3.594.544	0
Deltagest - Gestao e Coordenação de	6.000.000	5.624.500
Caixa Geral de Angola	-1.140	0
ANDRADE ANTONIO LINO	53.476	0
FCCONSULTING - PRESTAÇÃO DE SE	4.275.000	0
FJL ROSA,LDA	0	282.155
Crowe Angola, S.A.	0	855.250
Total	25.576.976	6.453.155

(b) Esta rubrica tem a seguinte composição:

Rubricas	2024	2023
Crowe Angola _ serviços de contabilid	0	1.550.000
PwC _ serviços de auditoria	4.271.148	1.126.422
Renda Escritório	6.947.496	3.347.496
FBL Advogados	5.168.000	0
Deltagest-Gestão e Coordenação de E	3.000.000	0
Banco BAI	6.000	0
Banco Caixa Angola	1.000	0
Total	19.393.644	6.023.918

10. CAPITAL INICIAL

A rubrica Capital Inicial em 31 de Dezembro de 2024 tinha a seguinte composição:

Rubricas	N.º acções	Valor Nominal	%
Paulette Maria de Moraes Lopes	50	5.000.000	17%
Guiomar Maria de Moraes Lopes	50	5.000.000	17%
José Fernando Faria de Bastos	50	5.000.000	17%
João Pedro de Feitas Saraiva dos Santos	50	5.000.000	17%
Ricardo Alexandre de Castro Reis	50	5.000.000	17%
Edson de Brito Rodrigues dos Santos	50	5.000.000	17%
Total	300	30.000.000	100%

11. AUMENTOS DE CAPITAL

A rubrica Aumentos de Capital em 31 de Dezembro de 2024 tinha a seguinte composição:

Rubricas	N.º acções	Valor Nominal	%
Edson de Brito Rodrigues dos Santos	50	5.000.000	9%
Guiomar Maria de Moraes Lopes	50	5.000.000	9%
João Pedro de Feitas Saraiva dos Santos	50	5.000.000	9%
José Fernando Faria de Bastos	50	5.000.000	9%
Paulette Maria de Moraes Lopes	50	5.000.000	9%
Ricardo Alexandre de Castro Reis	150	15.000.000	27%
Paulo Alexandre Pereira Sotto Mayor Pizarro	34	3.400.000	6%
Frederico Costa Reis da Fonseca Marques Bicho	33	3.300.000	6%
Paulo José Cruz Bernardino	33	3.300.000	6%
Sergio Filipe de Sousa	33	3.300.000	6%
Carlos Arménio de Almeida Duarte	33	3.300.000	6%
Total	566	56.600.000	100%

12. PRESTAÇÕES SUPLEMENTARES

A composição da rubrica de Prestações Suplementares no exercício findo em 31 de Dezembro de 2024 foi como segue:

Prestações Suplementares	2024	2023
Paulette Maria de Moraes Lopes	8.431.672	2.658.000
Guiomar Maria de Moraes Lopes	8.431.672	2.658.000
José Fernando Faria de Bastos	8.431.672	2.658.000
João Pedro de Feitas Saraiva dos Santos	8.431.672	2.658.000
Ricardo Alexandre de Castro Reis	16.863.344	2.658.000
Edson de Brito Rodrigues dos Santos	8.431.672	2.658.000
Manuel Maria Lourenço	0	2.658.000
Frederico Costa Reis da Fonseca Marques Bicho	2.782.452	877.140
Paulo Alexandre Pereira Sotto Mayor Pizarro	2.866.768	903.720
Paulo José Cruz Bernardino	2.782.452	877.140
Sergio Filipe de Sousa	2.782.452	0
Carlos Arménio de Almeida Duarte	2.782.452	0
Total	73.018.280	21.264.000

A 31 de Dezembro de 2024 o montante de Prestações Suplementares a realizar ascendia a 44.284.064,00 Akz. Este montante será realizado durante o ano de 2025.

13. PRÉMIOS DE EMISSÃO

A composição da rubrica de Prémios de Emissão no exercício findo em 31 de Dezembro de 2024 foi como segue:

Rubricas	2024	2023
Prémio de Emissão		
Frederico Costa Reis da Fonseca Marques Bicho	5.822.860	0
Paulo Alexandre Pereira Sotto Mayor Pizarro	5.696.280	0
Paulo José Cruz Bernardino	5.822.860	0
Sergio Filipe de Sousa	5.822.860	0
Carlos Arménio de Almeida Duarte	5.822.860	0
Total	28.987.720	0

14. UNIDADES DE TITULARIZAÇÃO

A composição da rubrica de Unidades de Titularização no exercício findo em 31 de Dezembro de 2024 foi como segue:

Rubricas	2024	2023
Unidades de Titularização		
Frederico Costa Reis da Fonseca Marques Bicho	0	5.822.860
Paulo Alexandre Pereira Sotto Mayor Pizarro	0	5.696.280
Paulo José Cruz Bernardino	0	5.822.860
Total	0	17.342.000

15. LUCROS E PREJUÍZOS ACUMULADOS

A composição da rubrica de Lucros e Prejuízos Acumulados no exercício findo em 31 de Dezembro de 2024 foi como segue:

Rubricas	2024	2023
Lucros ou Prejuízos Acumulados		
RLE 2021	-540.200	-540.200
RLE 2022	-86.834.354	-86.834.354
RLE 2023	-20.157.252	0
Total	-107.531.806	-87.374.554

16. RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

A composição da rubrica de Resultado Líquido do Exercício no exercício findo em 31 de Dezembro de 2024 foi como segue:

Rubricas	2024	2023
Resultado Líquido do Exercício		
Proveitos	343.987.472	89.479.790
Custos	-394.127.173	-109.637.042
Total	-50.139.701	-20.157.252

NOTAS À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

17. JUROS E OUTROS RENDIMENTOS

O saldo da rubrica de Juros e Outros Rendimentos em 31 de Dezembro de 2024 é como segue:

Rubricas	2024	2023
Comissões	59.687.500	21.000.000
Comissão de Subscrição	22.500.000	8.750.000
Greenfield FCR	22.500.000	8.750.000
Comissões Gestão	37.187.500	12.250.000
Greenfield FCR	37.187.500	12.250.000
Rendimentos de Câmbio	0	1.954.621
Outros Rendimentos Operacionais	284.299.972	66.525.169
Prestação de Serviços	262.500.000	65.000.000
Greenfield FCR	52.500.000	20.000.000
Prestação Serviços Ovihembra	180.000.000	45.000.000
Prestação Serviços Campo Verde	30.000.000	0
Outros Proveitos e Ganhos	21.799.722	1.525.169
Resultados de Exercícios Anteriores	5.624.500	0
Outros Ganhos e Proveitos - Redebito despesas suportada	16.175.222	1.525.169
Proveitos e Ganhos Extraordinários	250	0
Total	343.987.472	89.479.790

18. RESULTADOS CAMBIAIS

O saldo da rubrica de Resultados Cambiais em 31 de Dezembro de 2024 é como segue:

Rubricas	2024		2023	
	Proveitos	Total	Proveitos	Total
Resultados Cambiais	0	0	219.673	219.673
Total	0	0	219.673	219.673

19. IMPOSTOS

O saldo da rubrica de Impostos em 31 de Dezembro de 2024 é como segue:

Rubricas	2024	2023
Impostos		
IVA - Imposto sobre Valor Acrescentado	1.111.746	2.204.261
Outros Impostos	986.713	1.300.000
Total	2.098.459	3.504.261

20. COMISSÕES

O saldo da rubrica de Comissões em 31 de Dezembro de 2024 é como segue:

Rubricas	2024	2023
Comissões		
Comissões CMC	1.861.729	1.439.980
Total	1.861.729	1.439.980

21. MULTAS

O saldo da rubrica de Multas em 31 de Dezembro de 2024 é como segue:

Rubricas	2024	2023
Multas		
Multas	4.102.232	0
Total	4.102.232	0

22. CUSTOS COM PESSOAL

O saldo da rubrica de Custos com o Pessoal em 31 de Dezembro de 2024 é como segue:

Rubricas	2024	2023
Custos com Pessoal		
Salários	227.712.500	52.362.150
Segurança Social	19.198.200	4.759.500
Subsídio de transporte	1.410.000	990.000
Seguro de Saúde	695.312	0
Subsídio de alimentação	1.410.000	990.000
Subsidio Ferias	11.193.409	0
Subsidio Natal	11.043.958	0
Retroactivos	45.000	0
Total	272.708.379	59.101.650

23. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O saldo da rubrica de Prestação de Serviços em 31 de Dezembro de 2024 é como segue:

Rubricas	2024	2023
Prestação de Serviços		
Despesas de Comunicação-Telefone	77.544	0
Despesas de Comunicação-Internet	397.338	0
Despesas de Publicação	480.000	0
Despesas de Serviços do sistema Financeiro	331.635	476.614
Despesas de serviços técnicos especializados	98.491.570	20.046.846
Formação	28.150	0
Prestação de Serviços - Contabilidade e fiscalidade	10.150.000	13.015.000
Prestação serviços - auditoria	14.794.811	4.271.148
Prestação serviços - Jurídicos	5.933.270	1.094.198
Prestação serviços - Administrativos	4.192.500	1.166.500
Prestação serviços - Consultoria financeira	18.330.339	0
Prestação serviços - Gestão	44.562.500	500.000
Outros	500.000	0
Despesa de Constituição	0	8.822.063
Outros Serviços Prestados por terceiros	8.965.252	8.715.768
Material de Escritório	1.381.816	783.642
Contencioso e Notariado	730.321	4.500
Deslocações e estadas	261.350	4.697.698
Material higiene e limpeza	392.508	45.497
Atualização de Documentos	0	20.821
Serviços Gestão de escritório	3.600.000	1.468.200
Material conservação e reparação	24.200	37.800
Outros	700.869	1.657.610
Software - Licenças	1.495.724	0
Despesas de Representação	378.463	0
Total	108.743.338	38.061.291

24. DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO

O saldo da rubrica de Depreciações e Amortizações do Exercício em 31 de Dezembro de 2024 é como segue:

Rubricas	2024	2023
Amortizações e Depreciações		
Amortizações e Depreciações - Activo Tangível	651.552	172.230
Total	651.552	172.230

25. OUTROS CUSTOS E PERDAS

O saldo da rubrica de Outros Custos e Perdas em 31 de Dezembro de 2024 é como segue:

Rubricas	2024	2023
Outros Custos e Perdas		
Custos suportados a redebitar ou a refacturar	2.647.615	0
Correcções de Exercícios Anteriores	308.750	7.577.303
Despesas não Documentadas	919.450	0
Despesas Indevidamente Documentadas	85.669	0
Total	3.961.484	7.577.303

Parecer sobre as contas reportadas
a 31 de Dezembro de 2024
e
Relatório de revisão do Auditor Externo



Relatório do Auditor Externo sobre as Demonstrações Financeiras dos Organismos de Investimento Colectivo

Ao Conselho de Administração da
Deltagest Capital – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Colectivo, S.A.

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Introdução

1. Para efeitos do disposto no Código dos Valores Mobiliários, aprovado pela Lei n.º 22/15, de 31 de Agosto (doravante designado por CódVM) e no Regulamento n.º 1/22, de 9 de Fevereiro, sobre os Auditores Externos, auditámos as demonstrações financeiras anexas da Deltagest Capital – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Colectivo, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2024, que evidencia um total de 117 485 991 Kwanzas e um total de fundos próprios de 30 934 494 Kwanzas, incluindo um resultado líquido negativo de 50 139 701 Kwanzas, as Demonstrações de Resultados, Mutações de Fundos Próprios e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

Responsabilidade do Órgão de Gestão e do Órgão de Fiscalização pelas Demonstrações Financeiras

2. O Órgão de Gestão da Entidade Gestora é responsável pela:
- i) preparação e apresentação de demonstrações financeiras, que apresentem, de modo apropriado, a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Angola;
 - ii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material, devido a fraude ou a erro;
 - iii) elaboração do Relatório de Gestão, nos termos legais e regulamentares;
 - iv) adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados, tendo em conta as circunstâncias; e
 - v) avaliação da capacidade da entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das actividades.
3. O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da entidade.

Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

4. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião independente sobre estas demonstrações financeiras com base na nossa auditoria, a qual foi efectuada de acordo com a Instrução N.º 03/CMC/08-22, sobre os Modelos de Relatórios a Elaborar por Auditor Externo Registado na CMC e as Normas Técnicas da Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola (OCPCA), as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes.

5. Uma auditoria envolve executar procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude ou a erro. Ao fazer essa avaliação dos riscos, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação das demonstrações financeiras pela entidade a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade. Uma auditoria inclui também avaliar a razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pela Administração e a apresentação global das demonstrações financeiras.

6. Para tanto, o exame a que procedemos incluiu:

- i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;
- ii) a apreciação se as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação são adequadas, tendo em conta as circunstâncias;
- iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- iv) a apreciação, em termos globais, se a apresentação das demonstrações financeiras é adequada.

7. O nosso exame abrangeu ainda a verificação:

- i) da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas.

8. Declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

9. Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria.

Opinião

10. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam, de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Deltagest Capital – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Colectivo, S.A. em 31 de Dezembro de 2024, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Angola.

Relato sobre Outros Requisitos Legais e Regulamentares

Quanto ao Relatório de Gestão

11. Em nossa opinião, o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a entidade, não identificámos incorreções materiais.

Luanda, 30 de Maio de 2025

PricewaterhouseCoopers (Angola), Limitada
Registada na Comissão do Mercado de Capitais com o nº 002/SAE/DSEA/CMC/01-2016 e na Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola com o nº E20170010
Representada por:

Ricardo Santos

Ricardo Santos, Perito Contabilista N.º 20120086

Parecer do Conselho Fiscal

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Aos Estimados Senhores Accionistas da Deltagest Capital – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Colectivo, S.A.

Nos termos legais e estatutários aplicáveis, compete ao Conselho Fiscal emitir parecer sobre o *Relatório de Gestão* elaborado pelo Conselho de Administração da Deltagest Capital – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Colectivo, S.A., respeitante ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2024.

O Conselho Fiscal procedeu à análise do referido Relatório, o qual apresenta com clareza e rigor o enquadramento estratégico, operacional e financeiro da sociedade, bem como os principais marcos e desafios verificados no decurso do exercício. O documento evidencia a coerência da actuação da sociedade com os objectivos definidos, dando nota do grau de execução do plano estratégico e do posicionamento institucional da Deltagest Capital no mercado angolano de capitais.

Merecem destaque:

1. **A consolidação da actividade do Fundo de Capital de Risco Greenfield**, com a operacionalização de dois activos estruturantes – a Ovihembra – Laboratório Farmacêutico, S.A. e a Campo Verde – Sustentabilidade do Agro-negócio, Lda. –, em linha com a missão da sociedade e os compromissos ESG assumidos.
2. **O reforço das funções de controlo interno e conformidade**, com destaque para a contratação de um Responsável de Conformidade e a implementação de práticas adequadas à dimensão e complexidade da sociedade, ainda em fase de maturação institucional.

No tocante ao desempenho financeiro, o Conselho Fiscal regista o **resultado negativo do exercício**, compreensível face à fase de estruturação e investimento em que se encontra a sociedade. Todavia, considera relevante assinalar a **necessidade de expansão da base de OICs sob gestão**, como factor essencial para assegurar a sustentabilidade financeira da sociedade no médio prazo, reduzir a dependência de um único fundo, e diversificar as fontes de receita.

A proposta de transferência integral do resultado negativo para resultados transitados é, nesse contexto, considerada prudente e adequada.

Nestes termos, o Conselho Fiscal é de parecer que:

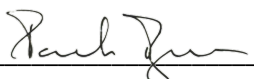
O *Relatório de Gestão* da Deltagest Capital – SGOIC, S.A., referente ao exercício de 2024, reflecte com rigor a situação da sociedade, está conforme os princípios contabilísticos e as disposições legais e regulamentares aplicáveis, e não merece reservas quanto à sua formulação ou à proposta de aplicação dos resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Luanda, 30 de Maio de 2025

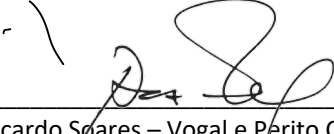
O Conselho Fiscal



Ricardo Reis – Presidente do Conselho Fiscal



Paulo Pizarro – Vogal


Ricardo Soares – Vogal e Perito Contabilista